

Basta constataremos o Orçamento Federal Executado e verificarmos que 42,96% do valor é destinado a juros e amortização da dívida, enquanto para Educação é somente 2,95%. Cientes e conscientes que a raiz do problema não está somente em auditar uma dívida, mas sim, de ir à raiz do problema e compreender no conjunto as medidas que são próprias do capital, para conduzir o setor financeirizado da economia e compreendermos com radicalidade os nexos e relações entre a economia política e a Educação. Da “Lei de Responsabilidade Fiscal”, que se desdobra em “Teto de Gastos” e, atualmente, em “Arcabouço Fiscal”, somam-se outras, indicativas de Constitucionalização da barbárie, como a reforma do Ensino Médio, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista.

6 REFORMA DO ENSINO MÉDIO

No primeiro mês como presidente interino, oficialmente empossado em setembro de 2016, Temer publicou uma medida provisória que promovia uma Reforma no Ensino Médio brasileiro, que apesar de inúmeros protestos e questionamentos de diversos movimentos sociais e sindicais, acabou sendo aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2017.

Esta nefasta Reforma é uma contrarreforma que ataca a classe trabalhadora em sua formação humana e profissional, rebaixando conteúdos, diminuindo carga horária, retirando conteúdos clássicos do currículo escolar, vinculados à nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC), estabelecendo itinerários formativos de interesses do mercado de trabalho capitalista que necessita de mão de obra apta, com competências e habilidades, para ser explorada ao máximo e sem questionar as condições em que estão inseridas.

Esta reforma não deu conta de enfrentar o problema da evasão da juventude dos bancos escolares, que segundo o IBGE era em torno de 1,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos, filhos da classe trabalhadora que deixavam a escola para poderem trabalhar, se sustentarem e sustentar a família. Mas, foi somente em 20 de março de 2024 que foi aprovada a Lei 5.230/2023, que muda pontos da Reforma do Ensino Médio, ocorrida com a promulgação da Lei 13.415/2017. As pesquisas já realizadas e em andamento demonstram a necessidade urgente da Revogação da Reforma do Ensino Médio, visto seu completo alinhamento ao projeto histórico capitalista.

Beltrão (2019), em sua tese de doutorado, demonstra que a reforma do Ensino Médio (EM), na sua proposição/tramitação/aprovação, bem como em seus conteúdos político-

